

# **Fomentando a cultura da inovação: notas de pesquisa**

Processo de produção de conhecimento: Avanço de investigação em curso

Grupo de Trabalho: GT01

Márcio Carneiro dos Reis PPGSP/UVV - NPG/FEAD-MINAS

Wilton César Passoni, Ms.

Aparecida Maciel Shikida, Dr.

## **Resumo:**

O trabalho discute experiência de pesquisa ainda em curso no âmbito do Projeto “Fomentando a Cultura da Inovação no Município de Congonhas-MG”, explorando as interfaces e as contradições existentes entre “cultura da inovação” e a “cultura constitutiva dos territórios”. Após breve revisão da literatura sobre a relação entre inovação e desenvolvimento e entre diversidade cultural e políticas públicas, é analisado o conteúdo das respostas dadas por atores locais à pergunta “o que é inovação?”. Nesta primeira aproximação, pelo menos aparentemente, não há divergência formal entre o que a literatura e os atores pensam sobre inovação, a despeito do fato de que a noção já foi incorporada pelo senso comum, o que aponta para a necessidade da análise de conteúdo.

Palavras-chaves: Cultura da inovação, Território e Desenvolvimento, Políticas de C&T&I.

## **Introdução**

O trabalho discute a experiência de pesquisa no âmbito do Projeto “Fomentando a Cultura da Inovação no Município de Congonhas-MG”, apoiado pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais). O município de Congonhas está localizado na região do Alto-Paraopeba, estado de Minas Gerais, Brasil. Até o ano de 2020, de acordo com a SEDRU (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana) e o CODAP (Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto-Paraopeba), “está previsto para a região investimentos privados da ordem de R\$12 bilhões para a expansão das atividades mineradora [minério de ferro] e siderúrgica, com a criação de dez mil empregos diretos e vinte mil indiretos”. O interesse em propor um projeto com tal propósito surgiu do diagnóstico, realizado no âmbito das ações na região do PEMM - (Pólo de Excelência Mineral e Metalúrgico), programa da SECTES-MG (Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais) - de que havia a necessidade urgente de promover a diversificação econômica dos municípios da região. Tal diagnóstico partia da premissa de que, historicamente: a) processos de crescimento econômico rápido acentuam as desigualdades econômicas e sociais regionais e intra-regionais, além de provocarem efeitos culturais e ambientais geralmente irreversíveis; e b) existe forte tendência de os municípios mineradores se tornarem dependentes da atividade baseada na disponibilidade de um recurso natural não renovável.

O projeto como um todo foi concebido para ser realizado dentro de uma perspectiva de pesquisa-ação junto aos atores relevantes, se valendo de metodologia participativa. A pergunta orientadora que vem sendo considerada é: que fatores internos e externos condicionam os processos de tomada de decisão nos âmbitos público e privado e como essas decisões influenciam e podem influenciar ações relacionadas à introdução de inovações? Desta pergunta mais geral, outras foram derivadas, no sentido de buscar respostas para a relação entre processos de tomada de decisão relativos à inovação e aspectos políticos-culturais e institucionais. Para procurar responder a estas perguntas, o Projeto está constituído de duas fases, que se interagem, a saber: fase da pesquisa e fase da ação. Na fase de pesquisa, objetiva-se identificar: a) Aspectos culturais e político-institucionais que dificultam a emergência de uma cultura favorável à prática da inovação; e b) Gargalos tecnológicos que estão colocados para uma

inserção mais competitiva das empresas instaladas localmente. A fase da ação visa desencadear processos que aumentem a eficiência sistêmica, fortalecendo a noção de inovação nas instituições formais e informais e nas práticas sociais locais e incrementando a capacidade de interação e de aprendizado tecnológico dos atores locais.

Tendo por base o contexto acima e dado o propósito de contribuir para a formulação de uma ação pública em C&T para minimizar os efeitos do crescimento econômico rápido sobre a população local e regional, o presente trabalho explora as interfaces e as contradições existentes entre “cultura da inovação” e a “cultura constitutiva dos territórios”, motivado por perguntas tais como: as políticas de C&T que objetivam promover a “cultura da inovação” reconhecem a diversidade cultural instalada nos territórios? Até que ponto ou em que medida a “cultura da inovação” que se pretende fomentar é aderente às expressões culturais prevalentes nos territórios? Em que medida fomentá-la não é também contribuir para as desigualdades regionais e intra-regionais acima mencionadas? No que implicaria para as políticas de C&T o reconhecimento da diversidade cultural?

Para tanto, busca-se os fundamentos da “cultura da inovação” que se pretende promover através da revisão da literatura que relaciona inovação e desenvolvimento. Em seguida, o tema da diversidade cultural é relacionado à noção de políticas públicas como desdobramento das transformações contemporâneas. No tópico 4, são apresentados os resultados de uma sondagem realizada no âmbito do Projeto aqui em foco acerca do ponto de vista dos atores sobre o significado da palavra “inovação”, com o propósito de verificar se há coincidência entre o que se pensa e a forma como se trata a inovação. Acredita-se que, para verificar a aderência ou não da noção de “cultura da inovação” nos territórios, este seria um primeiro passo neste sentido.

Antes, contudo, deve ser dito que as perguntas indicadas acima envolvem uma série de questões que poderiam passar despercebidas caso fosse possível tomar a ideia de “cultura da inovação” como algo natural. Isto é, muitos problemas estão colocados em todos os níveis da realidade e parece ter se tornado natural o consenso de que “inovações” devem acontecer para que os problemas relacionados à melhora coletiva ou ao desenvolvimento sejam minimamente equacionados e encaminhados. Assim, promover a cultura da inovação seria a solução para todas as situações.

Numa primeira aproximação, as questões de que aqui se fala estão relacionadas ao fato de que “cultura” é uma palavra que nos remete ao passado das sociedades, enquanto “inovação” nos remete ao novo, ao que está por vir. Com efeito, de acordo com o Dicionário Houaiss (Instituto Antônio Houaiss, 2009), a referência à palavra “cultura” como uma rubrica oriunda da antropologia pode significar o “conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos, costumes etc. que distinguem um grupo social”; a “forma ou etapa evolutiva das tradições e valores intelectuais, morais, espirituais (de um lugar ou período específico)” ou ainda o “complexo de atividades, instituições, padrões sociais ligados à criação e difusão das belas-artes, ciências humanas e afins”. A palavra “inovação”, por seu turno, pode significar “ação ou efeito de inovar” ou, por derivação ou extensão de sentido, “aquilo que é novo, coisa nova, novidade”.

Pelo que está acima, as estratégias de desenvolvimento pertinentes às políticas de Ciência, Tecnologia se valem da promoção de um tipo especial de cultura: a “cultura da inovação”. Também pelo que está acima, a noção de inovação faz referência, simultaneamente: a) a uma forma específica de agir: inovação no sentido de “ação ou efeito de inovar”; e b) ao resultado da ação inovadora: “aquilo que é novo, coisa nova, novidade”. Por outro lado, a noção de cultura possui duas referências fundamentais: a de lugar e a de grupo social. Isto é, cultura é uma dimensão da realidade que só faz sentido quando se tem o espaço e um contexto social como referência. Pode-se então perguntar: Qual é a referência social e de lugar, ou, para ser mais exato, de território, que permeia a noção de “cultura da inovação”? Que forma específica de agir é esta e que tipo de resultado se espera da “ação inovadora”? Quais são as possibilidades que estão colocadas para ações em C&T que se valem de estratégias baseadas na promoção da “cultura da inovação”?

## Inovação e desenvolvimento

A relação entre inovações e desenvolvimento econômico, estabelecida por Schumpeter (1982), é bem consistente: empresários inovadores na busca do lucro introduzem inovações que dinamizam o sistema econômico e acabam por se traduzir em maior bem-estar para as populações. Quando o autor formulou pela primeira vez a relação entre inovação e desenvolvimento econômico, definiu inovações como mudanças na combinação de fatores de produção (terra, trabalho e capital): “Chamamos ‘empreendimento’ à realização de combinações novas; chamamos ‘empresários’ aos indivíduos cuja função é realizá-las” (SCHUMPETER, 1982, pág. 83 e segts.). A realização dessas combinações constitui para o autor uma função especial, que é privilégio “de um tipo de pessoa que é muito menos numeroso do que todos os que têm a possibilidade ‘objetiva’ de fazê-lo. Portanto (...), os empresários são um tipo especial, e o seu comportamento um problema especial, a força motriz de um grande número de fenômenos significativos.”

Dizia ele que essas mudanças caracterizariam “inovações” caso elas implicassem o surgimento de novos bens ou serviços ou a oferta dos mesmos bens com uma nova roupagem, novos processos de produção, a abertura de novos mercados, o controle de fontes de matérias-primas ou fontes de produtos semiacabados ou ainda mudanças na estrutura de um mercado em particular. Em condições daquilo que o autor chamou de capitalismo concorrencial, a introdução de inovações desencadearia um processo de concorrência, sempre motivado pela conquista do lucro, mas que, ao seu final, tende a fazer com que esse motor do processo econômico – a busca do lucro – não mais funcione ou funcione apenas em marcha lenta. Isto porque o processo de concorrência consiste fundamentalmente no fato de outros empresários, os quais, na verdade, são os concorrentes, tentarem acompanhar o empresário inovador – pioneiro. Decorre daí que, na medida em que a inovação se dissemina entre os concorrentes, aquilo sobre o que o lucro se erigiu tende a desaparecer (REIS, 2003).

Ainda de acordo com este autor, o desaparecimento do lucro, por seu turno, traz à tona aquilo que Schumpeter considera ser o caráter fundamental das inovações, isto é, o fato delas se transformarem, ou melhor, passarem a se constituir, através do processo de concorrência, apenas em benefício social, perdendo assim o seu caráter privado. Então, surge a concepção de desenvolvimento econômico schumpeteriano em toda a sua clareza: desenvolvimento econômico é o processo pelo qual uma combinação mais eficiente de fatores, que acontece no âmbito privado, se transforma em benefício social. Esse benefício social está consubstanciado no fato de que a sociedade poderá contar com o mesmo volume global de produto, só que produzido utilizando-se uma quantidade menor de recursos, isto é, com custos menores, ou com um produto qualitativa e quantitativamente maior, utilizando-se dos recursos disponíveis.

Mais recentemente a literatura vem pontuando que os processos inovativos são mais sociais e coletivos do que individuais, evidenciando a criatividade social e os quadros institucionais promotores da inovação (Joas, 1996; Lundvall, 1997; Bijker, & Hughes & Pinch, 1997; Storper, 1994; Dosi, 1988a,b). A noção de inovação também se ampliou. Atualmente, a OCDE (2005), por meio do Manual de Oslo, referência importante para se “trabalhar com inovações” no âmbito das empresas e das organizações considera inovações de produto (e serviços), inovações de processo, de marketing e inovações organizacionais.

No contexto neo-schumpeteriano, as inovações no âmbito de produtos e de processos foram incorporadas ou associadas a contextos institucionais específicos, isto é, de acordo com Wilkinson (1997:314), a rotinas que marcam o funcionamento de organizações e instituições. De acordo com Diniz e Crocco (2006:19), a “linha neo-schumpeteriana” avança na compreensão dos determinantes e condicionantes das mudanças técnicas. Para esses dois autores, “a inovação é a arma central da competição e do crescimento.” Ainda segundo esses autores, na formulação de políticas de desenvolvimento, duas questões surgem: a) a promoção do crescimento regional e a diminuição das

desigualdades inter-regionais são dependentes das especificidades dos processos de inovação, que, por sua vez, estão condicionados às características dos diversos locais. Em outras palavras, na elaboração de estratégias no sentido acima aventado, as políticas devem “levar em conta as especificidades locais”; e b) em consequência, devem existir políticas diferenciadas em função dos condicionantes estruturais de cada país ou região.

Lundvall (1997), no esforço de pensar, no contexto da União Europeia, novas políticas de inovação, dados os processos de globalização, aponta para o fato de que, na atualidade, os processos de inovação encontram-se umbilicalmente ligados aos processos de aprendizado, à capacidade de aprendizado, melhor dizendo, do modo que a performance de indivíduos, firmas, regiões e países depende do desenvolvimento de habilidades nesse sentido. Essas habilidades estão ligadas a contextos sociais específicos nos quais elas se expressam, de modo que o conhecimento aqui possui uma natureza territorial, regionalmente delimitada. De outro lado, o conhecimento codificado, pode-se dizer junto com o autor, é o conhecimento tácito transformado em informações e o grande desafio que se coloca, no âmbito da pesquisa e do desenvolvimento (P&D), é o esforço de transformar uma forma de conhecimento em outra, para que efetivamente possam se explorar as oportunidades inovativas, num mercado economicamente globalizado.

A inovação surge aqui então como uma categoria interdisciplinar e como um processo, constituído a partir da interação social de distintos atores. É, portanto, um processo não linear, complexo e interativo, não necessariamente científico, que não pode ser compreendido a partir da ideia de que a inovação se constitui numa ação singular. Além disso, do ponto de vista da contribuição em foco, o processo inovativo está fortemente orientado pela competitividade entre atores, grupos, regiões e países.

Semelhante caminho pode ser percebido no âmbito da economia, mas pontuando as relações entre instituições com inovações. Isto é, no mesmo sentido das análises acima caminham as contribuições de Storper (1994), que diz que as inovações são fruto de uma ação coletiva; e de Dosi (1988), que afirma que a criatividade tem um lugar central nos processos sociais, sugerindo ambos que inovação e criatividade têm tendido a ser vistos mais como processos sociais e coletivos, do que individuais. Para o primeiro autor, a ação é coletiva, territorialmente definida, porque as decisões individuais estão conectadas às decisões de outros agentes e, portanto, marcadas, por um lado, pela incerteza e, por outro, dependentes de um conjunto de símbolos que permite, por meio de regras, normas e instituições, a comunicação e a coordenação das expectativas e intenções dos atores. Existem, assim, convenções coerentes que permitem e que informam as decisões.

Storper, nesse sentido, afirma que a economia capitalista, movida pela concorrência, possui duas dimensões: tecnologia, que tem sua base no conhecimento e a dimensão das relações humanas, que são essenciais para a coordenação econômica. Separa, então, a economia em dois ambientes, o da produção e o da inovação, sendo essa última essencial para a compreensão da dinâmica econômica. Seu objetivo é decifrar os mistérios da inovação, vista como uma ação coletiva (Storper, 1994:107) que, para ele, possui duas instâncias: a do aprendizado e a da interação, pontuando que ambas ocorrem dentro e fora das firmas, envolvendo a vida econômica em geral e as instituições que permitem a regulação econômica em particular. Levar em conta essas instituições, ainda de acordo com o autor, implica assumir que o processo inovativo pressupõe rotinas que são - ou não - favorecidas pelo ambiente institucional, isto é, instituições formais e informais, as quais, no conjunto, formam convenções territorialmente definidas.

Para Dosi, por seu turno, inovação é um processo não linear, complexo, interativo e não necessariamente científico. É o conjunto, é a cadeia que leva um produto a um mercado e não uma ação simples. Discutindo a natureza do processo de inovação, Dosi (1988: 234) aponta para o fato de que existe uma diferença fundamental entre informação e conhecimento e a transformação de um em outro, no contexto da atividade de resolver problemas, está baseada na aglutinação de competências, visões, na arte de descobrir (heuristics), o que, por sua vez, tem como pressuposto básico, o processamento da

informação. Relativamente a isso, a inovação encontra-se baseada numa variedade de conhecimentos que, inevitavelmente, incluem instituições públicas, experiências e acumulação de competências. Na esteira dessas contribuições, ficam em evidência expressões como “economia do conhecimento” e “sociedade do conhecimento” de modo a “caracterizar uma dinâmica fortemente apoiada nas atividades intensivas em conhecimento, a qual é, simultaneamente, econômica, política e social” (Salerno & Kubota, 2008, PÁG. 17). O mesmo pode ser dito acerca da estratégia de construção de sistemas de inovação (HOBDDAY, 2005).

Pelo que está posto acima, políticas públicas para o desenvolvimento devem intensificar as possibilidades de cooperação no interior das sociedades para aumentar a competitividade dos locais nos mercados de uma forma geral e também que façam com que os atores tendam a atuar de forma mais competitiva em redes mercantis. Dessa forma, devem ser realizados esforços no sentido de que os atores se organizem de tal forma que possam servir para a promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento. Em outras palavras, trata-se de um esforço de adaptação da hipótese geral de que inovações promovem desenvolvimento à questão territorial que emergiu com as transformações recentes, sem questionar o sentido da ação que se pretende estimular e tampouco o desenvolvimento que se pretende promover.

### **Diversidade cultural e políticas públicas**

Com efeito, o Estado deixou de ser o principal agente promotor do desenvolvimento, em favor da sociedade civil. Nesse contexto, houve uma mudança na forma de se planejarem e implementarem ações, suscitando as noções de esfera pública e participação social. A promoção da “cultura da inovação”, em meio às políticas de C&T&I, desde os anos 1990, se tornou uma das mais importantes estratégias de desenvolvimento. Governos, empresas, ONGs e agências paraestatais e supra estatais, comprometidas com o desenvolvimento, vêm desenvolvendo ações neste sentido. Não raro, entretanto, as estratégias e ações esbarram em dificuldades concernentes à transformação de uma hipótese – a inovação é motor dos processos de desenvolvimento – em ideal – sociedades permeadas por um tipo específico de cultura, a “cultura da inovação”. Representações desse ideal – sociedades do conhecimento, cidades criativas, territórios inteligentes, governos digitais, etc. – vêm sendo elaboradas no caminho da viabilização daquelas estratégias. Por outro lado, as críticas vêm pontuando a diversidade cultural nos territórios e sua incongruência tanto com aquela hipótese em si, quanto com o ideal construído a partir dela, o que compromete a efetividade das ações públicas promotoras de inovação. Assim, não só questiona-se o desenvolvimento que se pretende, mas os meios e os instrumentos de política e a própria natureza da ação que é estimulada.

O tema da diversidade cultural por sua vez emergiu também com as transformações contemporâneas (REIS, 2006) e se tornou uma espécie de pré-condição para a reflexão acerca das questões colocadas para o desenvolvimento (Maluf, 2000). Seu reflexo sobre o problema da equidade – equidade em meio à diversidade – no plano teórico é então imediato por um lado, mas por outro, sua incorporação nas políticas públicas promotoras de desenvolvimento passa a depender não somente da sua compreensão por parte dos formuladores de políticas, mas também de um aprendizado institucional. Em princípio, este aprendizado deve envolver participação social e a construção de uma esfera pública onde: a) atores relevantes identificados e seus diferentes interesses são colocados; b) as metas para os processos de desenvolvimento são estabelecidas; c) os objetivos e os meios – instrumentos de política – são negociados e d) os processos de monitoramento e avaliação são definidos (França & Vaz & Silva, 2002; Coelho, 1996; Dowbor, 1996). Aqui se impõe também a ideia de governança. Guimarães e Martin (2001) dizem que o problema do desenvolvimento local pode ser visto a partir da contraposição entre a busca da eficiência e a preservação dos direitos e se propõem a uma investigação sobre coordenação e governança na sociedade contemporânea a partir do local, onde atores e instituições conformam novos territórios.

Com efeito, a natureza das políticas públicas mudou. E essa mudança trouxe com ela pelo menos dois efeitos: a) o de tornar o problema do desenvolvimento um problema institucional: basta construir a referida esfera pública e instituir processos de governança condizentes com o problema em questão; e b) cobrir os conflitos inerentes à formação dos territórios com o manto dos objetivos comuns do desenvolvimento. Neste sentido, Brandão (2003) constrói uma crítica à visão apologética consubstanciada no que o autor chamou de “pensamento único localista”. Esse pensamento, segundo o autor e de acordo com Araújo (2005:40), desconsidera o ambiente macroeconômico; minimiza os conflitos políticos, o papel do espaço e das políticas nacionais; e não se atém às especificidades do subdesenvolvimento, dado que o desenvolvimento do capitalismo se dá de forma desigual, inclusive internamente aos países, promovendo a ampliação das desigualdades regionais.

Ao contrário do que se encontra por detrás das teorias contratualistas de Hobbes e Locke, a formação dos Estados Nacionais é invariavelmente marcada pela violência. Novaes (2003) se refere a uma certa visão romântica da formação dos Estados Nacionais que pressupõe o território como espaço homogêneo, o tempo homogêneo na história das nações e uma cultura homogênea na formação das suas populações. Essa visão romântica percebe a violência na origem dos Estados-Nação como uma espécie de erro histórico. Erro ou não, é vasta a literatura que nos permite afirmar que aqueles três tipos de homogeneização não ocorreram por conta da participação livre e soberana das partes envolvidas no estabelecimento dos contratos que, pretensamente, deram origem aos Estados Nacionais. De acordo com Braudel, das 76 civilizações, “culturas” e povos primitivos existentes por volta de 1500, subsistiram apenas 13 no início do século XVIII, por volta de 1800 (Braudel, 1997:45 e 46). A disputa por um novo caminho para “as Índias” é um capítulo dos mais dramáticos da paulatina intensificação da disputa pelo capital circulante, que aos poucos passa a se dar no âmbito dos Estados Nacionais – primeiro, Estados Absolutistas; depois “Estados Modernos”, e não mais no âmbito das cidades-Estado – e dos estados subnacionais.

Dessa forma, falar hoje, procurar reforçar e instituir o princípio da equidade e o respeito à diversidade, às “novas” identidades que se empoderaram com as transformações dos últimos cinquenta anos é, ao mesmo tempo, fazer referência às injustiças cometidas ao longo do processo de expansão do capitalismo no espaço nos últimos seiscentos anos. “Aquilo que só se pode definir como um irrecusável e coerente movimento geral do capital”, como disse Novaes (2003: 12).

O que, entretanto, importa dizer é que a formação de “novas territorialidades” implica revolver os conflitos que foram soterrados com os processos de homogeneização do tempo, do espaço e da cultura, característicos da formação dos Estados Nacionais. Não é à toa que a maior parte da literatura que trata do tema do desenvolvimento local e regional se refere à cultura local como base de apoio para a promoção do desenvolvimento. E, nesse movimento, os conflitos originais têm condição de se expressar novamente. E eles se manifestam acrescidos dos conflitos atuais. Assim, em grande medida, novas identidades são velhas identidades ressuscitadas, da mesma forma que novos territórios e velhos territórios. E o desenvolvimento pode, ao mesmo tempo, ser o resultado da reprodução de uma sociedade que reproduz a desigualdade, mas pode também ser o suscitar de novas possibilidades. Passa a ser imperativo perguntar: o conteúdo da ideia de “cultura da inovação” e as tentativas de promovê-la não são, respectivamente, um constructo que dá continuidade ao processo de homogeneização da cultura nos territórios e os esforços no sentido de sua promoção mais uma forma de exercício da violência contra a diversidade cultural neles instalada?

### **O que os atores locais pensam sobre inovação?**

Em busca de respostas para as questões levantadas no âmbito do Projeto “Fomentando a Cultura da Inovação no Município de Congonhas-MG”, utilizou-se de questionários semiabertos, aplicados para diferentes organizações públicas e privadas, tais como: setor público, empresas, associações, ONGs, sindicatos, escolas e sociedade civil. Foi preparado um questionário semi-aberto geral e questões

específicas para cada uma delas, tendo em conta suas especificidades. No total, foram aplicados 118 questionários, que buscaram entender a compreensão das pessoas e a relação que elas mantêm com a inovação, tendo em conta as organizações onde atuam, os cargos que ocupam, dentre outras variáveis de controle. Os dados apresentados a seguir, contudo, dizem respeito aos resultados obtidos para toda a amostra em relação à pergunta: “o que você entende por inovação?”. Embora tenha sido dado pouco espaço para os respondentes se manifestarem (3 linhas), os mesmos puderam se manifestar livremente, tendo-se computado as palavras-chave dos seus respectivos discursos. Os resultados podem ser conferidos na Tabela 1, a seguir.

Com referência ao conceito de inovação, coletado através de pergunta aberta no questionário aplicado, os três grupos de respostas com maior frequência foram: mudança, transformação, modificação com 30,3%; novidade, novo, novas ideias com 25,5% e melhoria, métodos eficazes, aprimoramento com 16,4%. Em seguida, vem desenvolvimento e modernização para melhorar a vida das pessoas com 7,9%; tecnologia, evolução, atualização e pesquisa com 4,2%; praticidade, adequação, adaptação com 3,0%; novos conhecimentos com 2,4% e ações para suprir necessidades e oportunidades do mercado com 2,4%; novos produtos e algo revolucionário, inédito empatados com 1,8%; qualificação com 1,2% e a forma que o produto é oferecido no mercado (marketing) com 0,6%.

**Tabela 1 – Brasil – Minas Gerais – Alto-Paraopeba: Respostas dadas à pergunta “O que é inovação?”**

Ranking	QTD	%	Resposta aberta - O que é inovação?
7	4	2,4%	Não Informou
2	42	25,5%	A - Novidade, novo, criar, implantação novo, novas ideias e interpretação
5	7	4,2%	B - Tecnologia, evolução, atualização, Pesquisa
8	3	1,8%	C - Novos Produtos
6	5	3,0%	D - Praticidade, adequação, adaptação
3	27	16,4%	E - Aprimoramento, melhoria, métodos eficazes, soluções
1	50	30,3%	F - Transformação, Mudança, Modificação, Alteração, Diferente, Renovação
4	13	7,9%	G - Modernizar para melhorar vida das pessoas, desenvolvimento, beneficiar
8	3	1,8%	H - Algo que não existe, inédito, revolucionário
7	4	2,4%	I - suprir necessidade, mercado, oportunidades
9	2	1,2%	J - Qualificação
7	4	2,4%	L - Novos Conhecimentos
10	1	0,6%	M - Marketing - forma que produto é oferecido no mercado
	165	100,0%	Total respostas

Fonte: Arquivos da Pesquisa - Projeto “Fomentando a Cultura da Inovação no Município de Congonhas-MG”.

Nota: os respondentes puderam agregar às suas respostas mais de uma característica do que consideraram ser “inovação”.

Acima, argumentou-se que, dada a diversidade cultural que se expressa nos territórios, a noção de “cultura da inovação” não necessariamente é aderente à percepção das pessoas sobre o mesmo tema. Se este for o caso, os resultados que se espera das políticas públicas promotoras da referida cultura podem não ser completos, digamos assim, dado o simples fato de que a mensagem levada pelos gestores públicos aos atores instalados nos territórios pode estar sendo compreendida por apenas uma parte deles, implicando isto desigualdade no acesso à política pública e, em consequência, a promoção de um grupo de atores em detrimento dos demais. Tendo isto em mente, no tópico intitulado “Inovação e desenvolvimento”, realizou-se uma breve revisão da literatura sobre o tema. Nesta revisão pode-se observar um conjunto de expressões que denotam a evolução das discussões sobre o tema. São elas: “novos bens ou serviços”; “novos processos”; “abertura de mercados”; “controle de fontes de matérias-primas”; “bem-estar e desenvolvimento”; “desenvolvimento tecnológico”; “competitividade”; “aprendizado”; “criatividade” e “criatividade social”; “marketing”; “inovações organizacionais”; “mudança técnica”; “conhecimento”; “pesquisa e desenvolvimento”; “interação”; “interação social”; e “cooperação”.

Tomando como referência as palavras-chave presentes nos argumentos dos autores cujas contribuições fornecem fundamento para ações em C&T&I para o desenvolvimento, pode-se perceber, pelo menos à primeira vista, que as respostas dadas pelos atores entrevistados não foge muito, pelo menos do ponto de vista formal ou aparente, das palavras utilizadas pelos autores para tratarem do tema “inovação e desenvolvimento”.

### **Considerações finais**

Assim, o presente trabalho pontuou a importância que a promoção da cultura da inovação assumiu dentre as estratégias de desenvolvimento e o fato de que o contraste entre diversidade cultural e “cultura da inovação” deixa em aberto perguntas cujas respostas podem aumentar a efetividade das políticas de promoção da inovação em particular e de C&T em geral. Estas perguntas fazem sentido na medida em que o não reconhecimento, por parte dos formuladores de políticas, da diversidade cultural instalada nos territórios pode implicar a diferenciação no acesso às políticas públicas e, por conseguinte, ser fator promotor das desigualdades regionais e intra-regionais, ao invés de contribuir para a redução dessas desigualdades. Em outras palavras, não necessariamente as expressões culturais que ocorrem em determinado território são aderentes à “cultura da inovação” que se pretende promover. Daí a necessidade de se analisar a natureza desta “cultura” que se pretende promover e a forma como ela é apropriada pelos formuladores de políticas, contrapondo-os à diversidade cultural dos territórios.

Com efeito, a promoção da inovação tem se tornado uma das principais estratégias de desenvolvimento local e regional. Nestes termos, a literatura tem apontado para a existência de uma forte relação entre ambiente institucional, inovações e desenvolvimento. O ambiente institucional – instituições formais e informais – reflete os aspectos culturais prevalentes em determinado território, delineados ao longo do processo de construção social do espaço. Por outro lado, soluções inovadoras precisam ser implementadas no sentido do equacionamento das questões que estão colocadas para o desenvolvimento na atualidade. E tal proposição, pode dizer, já foi incorporada pelo senso comum, como também os dois significados da palavra “inovação”: “ação de inovar” propriamente dita e seu resultado. De qualquer forma, as respostas aqui obtidas ainda são inconclusas.

### **Referências bibliográficas**

- Araújo, Tânia Bacelar de (2005): Rio Grande do Norte: a contribuição da experiência do Seridó. In CRUZ, José Luiz Vianna: Brasil, o desafio da diversidade: experiências de desenvolvimento regional. RJ, Editora Senac Nacional.
- Bijker, W. & Hughes & Pinch (1997): *The Social Construction of Technological Systems*. London: The MIT Press. pp 17-51.
- Brandão, Carlos Antônio (2003): *A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais*. Campinas, UNICAMP/Instituto de Economia, Mimeo.
- Braudel, F. (1997): *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV- XVIII – Volume I: As Estruturas do Cotidiano: o possível e o impossível*. São Paulo, Martins Fontes.
- Coelho, Franklin Dias (1996): *Reestruturação econômica, políticas públicas e as novas estratégias de desenvolvimento local*. In BAVA, Sílvio Caccia (org.): *Desenvolvimento Local: geração de emprego e renda*. Publicações Polis N. 25. São Paulo, Instituto Polis.
- Diniz, Clélio Campolina & Crocco, Marco (2006): *Introdução – Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão*. In Diniz, Clélio Campolina & Crocco, Marco (Orgs): *Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes*. BH, Editora UFMG.



- Dosi, G. (1988a): “Sources, Procedures and Microeconomic Effects of Innovation”, *Journal of Economic Literature*, Vol XXVI.
- Dosi, G. (1988b): The Nature of the innovative process. In DOSI, G; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SILVERBERG, G.; & SOETE, Luc: *Technical Change and Economic Theory*. London, Pinter Publishers.
- Hobday, Michael (2005): Os sistemas de inovação do leste e do sudeste asiático: comparação entre o crescimento do setor eletrônico promovido pelo sistema FEO e pelas ETNS. In Kim, Linsu & Nelson, Richard R.: *Tecnologia, aprendizado e inovação: a experiência das economias de industrialização recente*. Campinas, S.P., Editora da Unicamp, 2005.
- Instituto Antônio Howaiss (2009): *Dicionário Howaiss da Língua Portuguesa*. Versão Eletrônica. São Paulo, Editora Objetiva.
- Joas, H. (1996): *The Creativity of Action*. Chicago, The University Chicago Press.
- KALECKI, Michael: *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo, Hucitec, 1980.
- Lundvall, Bengt-Ake (1997): *The Globalising Learning Economy: implications for innovation policy*. Report based contributions from seven projects under the TSER programme. DG XII, Commission of the European Union.
- Maluf, Renato S. J. (2000): Atribuindo Sentido(s) à Noção de Desenvolvimento Econômico. In *Estudos: Sociedade e Agricultura*. R.J., UFRRJ/CPDA, número 15, outubro de 2000.
- Novaes, Adauto (2003): *Invenção e crise do Estado-nação*. In Novaes, Adauto (Org.): *A Crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Reis, M. C. 2006. *Desenvolvimento local e espaços sociais ampliados*. Tese de Doutorado. Seropédica, UFRRJ/CPDA.
- Reis, M. C. 2003. *Interrogando a Economia do Desenvolvimento acerca dos processos de desenvolvimento*. *Aspectos Recentes da Economia e da Política Brasileiras*, ITAÚNA - MG, v. XIII, n.9.
- Schumpeter, Joseph A. (1982): *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. S.P., Abril Cultural.
- Minas Gerais/SEDRO-MG (Secretaria De Desenvolvimento Regional E Política Urbana Do Estado De Minas Gerais): *Plano de Desenvolvimento Regional para o Alto Paraopeba: investimentos estratégicos*. Belo Horizonte, SEDRO-MG, 2011.
- Storper, M. (1994): “The Regional World: Innovation as Collective Action”, Guildford,
- Wilkinson, John (1997): A new paradigm for economic analysis? Recent convergences in French social science and an exploration of the convention theory approach with a consideration of its application to the analysis of the agrofood system. *Economy and Society*. Volume 26, Number 3, August 1997.